

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

1 ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-CAE 2022.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas, 3 reuniram se membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, pela plataforma zoom devido a Covid 19, quando estiveram presentes os seguintes conselheiros: 5 Rejane Cristina da Silva, Danielle Marques de Oliveira, Hernandes S Neves Júnior. Juliana Flávia Gonçalves Cintra, Dionísio Vieira Neto, Raquel Gonçalves Vieira, Vânia Lúcia Pita Vianna. Conselheiros ausentes com justificativas: Luciano Rogério 8 Machado, Suelen Rodrigues de Faria Ramos. Convidados presentes: Augusto César 9 da Silva Almeida- Diretor Departamento Planejamento Gestão Administrativo, 10 Cleunice Ramos Domingos Bernardes - Nutricionista RT, Ricardo Cruvinel Costa -11 Diretor da Seção de Alimentação Escolar. Visitantes: Fernando Nascimento-Presidente do Sindicato, Cristiane Raimundo- Servente Merendeira. Dando início a 13 reunião, a Presidente Rejane cumprimentou a todos e fez uma leitura prévia da 14 pauta, em seguida solicitou ao conselheiro Hernandes que disponibilizasse a ata 15 para leitura, correções e aprovação. Feito a leitura da ata deliberou ao colegiado e a 16 aprovação ocorreu por unanimidade. *Ofícios/2022 encaminhados e Documentos 17 recebidos: Foi realizada a leitura do terceiro ofício/2022 sobre a solicitação do censo 18 escolar 2021 para exercício 2022, como também os dados atualizados de matrícula 19 para o ano letivo de 2022 das creches conveniadas, EMEBs e EMEIs, o mesmo 20 estará disponível no portal de transparência. O quarto ofício/2022 refere-se ao 21 descarte do produto bebida matinal com prazo de validade vencido no decorrer de 22 2021. Foi enviado via AR ao FNDE ainda sem resposta. Quinto ofício /2022 referente 23 ao parecer técnico da responsável da execução do programa PNAE Cleunice Ramos 24 Domingos Bernardes sobre o pregão Eletrônico 01/2022 referente ao lanche frio, quando o CAE teve ciência através das mídias, WhatsApp, face book, radio, em 09 26 27 de Fevereiro, onde pais se manifestaram suas insatisfação em se trocar a refeição pôr o pão ,lembrando que em 26 da janeiro na Primeira Ordinária, esteva presente a 28 RT,e não se pronuncio em nada sobre estas alterações na ocasião da reunião, onde 29 se pauto o assunto de cardápio na pauta, a resposta ao quinto ofício ,foi enviada ao CAE via e-mail, onde a responsável técnica pela execução do PNAE Cleunice Ramos 31 Domingos Bernardes nutricionista afirma que o lanche frio está de acordo com as 32 33 exigências do PNAE, em um documento enviado para o e-mail oficial do CAE com no email ricardocosta@franca.sp.gov.br, 34 cleonicedomingos@franca.sp.gov.br enviado em seguida ao do CAE na Segunda-Feira.14 de fevereiro de 2022 9:32:27. 36 Sexto ofício/2022 foi solicitado o número de merendeiras na data do dia 10/02/2022 37

no quadro do serviço público de Franca como servidora para execução da Alimentação escolar e o programa PNAE: sendo o qual a resposta ao supracitado foi encaminhada. Sétimo ofício/2022 Encaminhamento de denuncia dando ciência

41 ao FNDE.MPF, MPSP e Câmara Municipal de Franca, ao descumprimento da Lei



43

44

45

46

47

48 49

50

51 52

53

54

55

56 57

58

60

61 62

63

64

65

66

67

68 69

70

71

72

73

74

75 76

77

78

79 80

81

82

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

11.947de 16 de junho do PNAE., por alteração de cardápio da alimentação escolar ao qual está sendo servido lanche seco frio, em desacordo com a lei 11.947/2009. Resolução Nº6 de 2020, o CAE desconhecia tal alteração, tomou conhecimento através de meios de comunicação local, e-mail recebido por denuncia de pais e mídias sociais. O CAE após deliberação pelo colegiado por maioria, na data 14 de fevereiro, enviou, a solicitação aos órgãos competentes FNDE, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Câmara Municipal de Franca para que seja apurado o descumprimento da lei do programa PNAE e suas resoluções atualizadas e o pedido da suspensão deste cardápio resguardando a segurança alimentar das crianças. Rejane solicita a conselheira Juliana Gonçalves que apresente as imagens dos lanches frio enviadas ao CAE e já demostrado aos conselheiros, inclusive imagens da embalagem, do frango, onde tem em sua discrição file de peito de frango salgado cozido desfiado congelado, agua (10%), sal, produto de soja, ...do leite, lactose, maltodextrina, poli fosfato de sódio, ...carragena, citrato tri potássico e iogurte usados na confecção dos mesmos ,recheio do lanche frio seco . Na visita a um fornecedor Rejane a convite da RT Cleunice Ramos Domingos Bernardes, que esteve presente também a conselheira Danielle Marques de Oliveira, onde foi observado e adquirido imagens que os produtos não estão de acordo com as normas da Anvisa (iogurte sem o SIF, tabela nutricional). O frango ultra processados, já havia sido tirado da alimentação escolar de acordo com a resolução 6 de 2020. A conselheira Raquel Gonçalves Vieira solicita a palavra e pergunta a RT Cleunice se a mesma foi informada sobre o frango ultra processado que está sendo usado na alimentação escolar pela subcontratada, o mesmo frango já utilizado pela alimentação escolar no ano de 2019 e retirado do uso por não cumprir as especificações nutricionais do PNAE no ano subsequente. Não havendo a Entidade Executora realizado o teste de aceitabilidade destes "lanches frio" nas unidades escolares, onde após denúncias que chegaram ao conhecimento do CAE houve muito desperdício, justamente pela ausência do teste de aceitabilidade e as crianças através de denúncias dos próprios pais onde afirmam que as mesmas chegam em casa com fome, pois período na escola sem se alimentar (vale ressaltar que a idade de atendimento varia de 4 a 10 anos). Chegou ao conhecimento do CAE as amostras de lanches frio através da mídia, entretanto o CAE sequer foi consultado lembrando que sua principal função é ser um órgão deliberativo, assessoramento e fiscalizador, vale ressaltar que um cardápio já havia sido homologado pelo colegiado e a EEX ,Entidade Executora fez pregão eletrônico para aquisição desses "lanches", introduzindo uma alimentação muito diferente do cardápio homologado anteriormente. O pregão eletrônico finalizou com o valor de R\$4.900.000,00 para compra dos "lanches frio". A Divisão de Alimentação Escolar enviou um cardápio sem data, justificando a falta de mão-de-obra, entretanto essa falta de mão-de-obra foi notificada desde o ano de 2016, assim como por este colegiado, por inúmeras tratativas em 2021, como a reunião em outubro de 2021 junto ao prefeito





84

85

86

87

88

89

90

91

92 93

94

95

96

97 98

99

101

102

104

105 106

107

108

109

110

111

112

113

115

117

118

119

120 121

122

123

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Sr, Alexandre Ferreira e a secretaria educação Marcia Carvalho Gatti no gabinete, onde alertamos sobre esta falta de mão de obra pois escolas do Estado teriam ampliação para período integral, apontamos como assessoramento, passamos a ideia de se encaminhar uma projeto de lei, alterando a nomenclatura para se contratar emergencial a mão de obras devido na ocasião ter impedimento pela lei 173.. O conselheiro Dionísio representantes de Pai de alunos, traz de forma incisiva sua indignação enquanto pai de duas crianças que estão se alimentando desses lanches, ou seja, deixando de se alimentar por não ser palatável as mesmas, e não ter a aceitação das crianças, que ele tem conhecimento. Conselheira Raquel questiona Cleunice nutricionista RT, se ela foi visitar a padaria contemplada pelo pregão, afim de verificar se a mesma possui veículo adequado e suficiente para que as entregas aconteçam da forma como as recomendadas. Conselheira Danieli Marques explana enquanto representante dos pais de alunos as dificuldades encontradas pelos pais, pois trata-se de uma parte do público atendido crianças APLV, questões financeiras para aquisição de lanches, afim de suprir a fome relatada pelas crianças ao se negarem a comer o respectivo lanche oferecido na Unidade Escolar. Cleunice nutricionista RT responde os questionamentos que foi presencialmente verificar o fornecedor dos lanches e as entregas na Unidade Escolares, onde foi verificado que o veículo está licenciado a executar as entregas. Cleunice ainda confirma que diante das fotos enviadas ao colegiado que sim realmente houve um descumprimento no contrato e afirma que devido a falta de mãode-obra também na equipe de nutricionistas, não haveria outras possibilidades de fazer o atendimento. Presidente Rejane, informa a nutricionista que o CFN em sua resolução nº465 de 23 agosto 2010, entre vários artigos destacou o Artigo 4º VIII. Comunicar os responsáveis legais e, caso necessário, a autoridade competente, quando da existência de condições do PNAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade, que estes apontamentos deveriam ter sido feito pela RT, tanto a falta de mão de obras para a execução dos cardápios como do quatro de nutricionista ,assim como o CAE vem fazendo, questiona a nutricionista RT Cleonice, em qual escola foi feito o teste de aceitabilidade, Cleunice ...responde que não foi feito teste de aceitabilidade para a instrução e mudança do cardápio para o lanche frio. Presidente Rejane cita a lei do PNAE11.947/2099 artigos 12 e resolução nº6 de 8 de maio 2020, onde deve-se respeitar os hábitos regionais e costumes cultural sem prejudicar os quesitos nutricionais, assim como o teste de aceitabilidade, observando esse item da lei do PNAE ficou claro que os costumes da cidade de Franca não são adeptos a esses tipos de lanche, onde houve uma grande rejeição do público atendido. Presidente Rejane solicita a Cleonice nutricionista RT que o oficio cinco enviado pelo CAE seja esclarecido, pois sua resposta, constara em ATA mais pedi que responda em forma de oficio o parecer técnico, pedido pelo CAE a RT, que é justamente o oficio cinco, é de suma importância para que seja garantido toda recomendação do PNAE,





125 126

127

128

129 130

131

132

133 134

135

136 137

138

139

140 141

142 143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158 159

160

161

162

163

164

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ficando uma resposta um pouco incerta a presidente solicita a nutricionista esclarecimento e qual documento deve considerar como resposta o recebido pelo email oficial do CAE ou vai enviar? Cleunice afirma que respondeu de acordo com o percurso do documento, por certo não chegou até o conhecimento do CAE, pois encontra-se a poder da Secretária Municipal de Educação onde garante que houve uma falha na publicação do documento e envio do e-mail do CAE, Foi dada a palavra ao convidado Sr, Augusto responde que o oficio cinco será respondido em forma de oficio pela Secretaria Municipal de Educação. O então convidado continua sua fala que o município estava atado ao seguir a lei federal 173/2020 onde não poderia contratar mão-de-obra até o dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte um, diante dos fatos a equipe do setor de alimentação escolar foram em busca de alternativas para cumprir o fornecimento de alimentos. A não adesão em número de inscritos no interesse de fornecer alimentos pronto para o consumo, desencadeou a alternativa de lanche frio, e que a ideia apresentada ao prefeito pelo CAE não foi viável. Seguindo a pauta a Presidente Rejane solicita ao convidado Sr, Augusto esclareça os números do saldo em contas do PNAEem seguida do orçamento anual, pois de primeira interpretação os números estão baixos, onde o pleito do CAE é que o orçamento financeiro para alimentação Escolar de 2022 esteja em torno de vinte e seis milhões de Reais. Sr, Augusto pontua que sob assessoramento do CAE manifestado em audiência pública, já incluiu um milhão e quinhentos mil Reais de repasse do QSE para alimentação escolar, e o Estado já tem um repasse para os próximos dias no valor, de quatorze milhões duzentos e setenta e sete mil seiscentos e oitenta e seis Reais, dividido em 10 parcelas justamente pelo fato do Município e Estado terem fechado convenio no fornecimento de alimentação escolar totalizando até o momento de vinte e três milhões de verba para uso com a alimentação escolar em toda a rede e será reprogramado para 2022 sobras de 2021 de Sr, Augusto, totalizando quase o valor pleiteado pelo CAE, também explana que já está em pauta a contratação de mais duas nutricionistas para integrar ao quadro da Divisão de Alimentação Escolar. Ainda em sua fala Augusto afirma que os lanches frios estão sendo adquiridos e pagos pelo recurso do QSE e não verba do PNAE. A Presidente Rejane esclarece que o CAE tentou em várias sugestões de assessoramento. entretanto sem sucesso diante a EEX. e que lamenta a ausência de discutir o assunto em conjunto, pois o Conselho está à disposição da Entidade Executora para um melhor atendimento e suprir todas as necessidades nutricionais do público atendido pelo PNAE. Presidente Rejane concede a palavra ao convidado Fernando Nascimento presidente do sindicato, onde é ressaltada a insatisfação por parte das cozinheiras escolares devido a remanejamentos sem consulta prévia que faz presente no cotidiano dessas profissionais e não se discute particularidades de cada uma, a presidente Rejane solicita ao Fernando Nascimento qual sugestão poderia apresentar ao colegiado para esta falta da mão de obra, que comprometeu a alimentação da crianças, Fernando Nascimento sugere que seja utilizado da mão-,





166

167

168

169

170

171

172

173

174

175 176

177

178

179 180

181 182

183

184

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

de-obra os servidores que atuam como ajudante geral, pois a terceirização está ocupando seu espaço gerando transferências e por se tratar de uma função de amplo atendimento poderia adequar-se como ajudantes na cozinha escolar tendo como atribuição de função na limpeza e higienização da cozinha, ficando essas quinze escolas municipais que se apresentam sob cardápio de lanche frio uma cozinheira para execução do cardápio anterior ao lanche e uma ajudante geral executando a limpeza e higienização, sob ressalva de não caracterizar desvio de função, por se tratar de uma medida emergencial. O próprio presidente do sindicato se dispôs a trabalhar em conjunto com a Unidade executora e o CAE através do diálogo e resolução do problema de forma antecipada. A ideia teve apoio do colegiado, a Presidente colocou para deliberação o envio em oficio para a Entidade executora, que o CAE, apoia a ideia apresentada pelo visitante Sr, Fernando, com a ressalva que estes profissionais não tendo o impedimento legal, passassem por uma formação com a vigilância Sanitária antes de assumirem a função, para a resguardar a segurança alimentar, pedindo que também o Sr. Augusto antecipasse o conteúdo da ideia apresentado a reunião a secretaria, em seguida por unanimidade foi aprovado o envio do oficio, que será com copias ao Legislativo ,para maior publicidade das ações do CAE. Não tendo mais nada a tratar eu mesma Juliana Flávia Gonçalves Cintra primeira secretária redigi essa ata e assino junto com a Presidente Rejane Cristina da Silva. fuliama flavia gonçalves cintro

fone (016) 3711.9218 E-mail:cae@franca.sp,gov.br- caefrancasp@gmil.com